

**MUNICÍPIO
DE
PAREDES DE COURA**



ATA N.º 25/2020 – 09 DE DEZEMBRO DE 2020

DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

(MANDATO DE 2017/2021)

(Contém 13 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva
Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 25/2020 da reunião ordinária realizada no dia 09 de dezembro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 13h00.

SUMÁRIO

PÁGINAS

ABERTURA	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.....	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA.....	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR	3
BALANCETE	3
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS.....	4
GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – APROVAÇÃO DE MINUTA	4
CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – 41/20_S.....	4
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	7
ENTREGA DE LOJA DO LARGO HINTZE RIBEIRO.....	7
LEILÃO DE LOJAS DO LARGO HINTZE RIBEIRO	7
CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA	7
TAXA DE ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA 2021	7
3ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020	8
APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA.....	9
RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE TERRENOS DA ZIF.....	9
CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO RURAL	10
PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A APCOURA – PASSAGEM DE ANO	13
RITMOS – AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE ARTISTA E ESPECTÁCULOS	14
DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE.....	15
REDUÇÃO DE TAXAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO.....	15
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	16
ENCERRAMENTO	16



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia nove do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de Vítor Paulo Gomes Pereira, estando presentes os vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município.-----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve assuntos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 24/2020, da reunião ordinária de 24-11-2020 oportunamente distribuída e dispensada de leitura.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 24/2020, da reunião ordinária de 24-11-2020.-----

O vereador Sérgio Caselhos não vou por não ter estado presente na reunião a que a ata respeita.-----

BALANCETE

PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 04-12-2020, que acusava os seguintes saldos:-----

CX/BC	Fundos Maneio	Saldo	
	Presidência:	650,00 €	seiscentos e cinquenta euros
	Vice-Presidência:	200,00 €	duzentos euros
	Vereadora RPTI:	200,00 €	duzentos euros
	Vereador RPMT:	100,00 €	cem euros
	DAF	200,00 €	duzentos euros
	DECAS	400,00 €	quatrocentos euros
	DOSM	400,00 €	quatrocentos euros
	DUA	0,00 €	
Em cofre na Tesouraria:		7 098,61	Sete mil noventa e oito euros e sessenta e um centimos
Depósitos			
Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)		73 739,83	Setenta e três mil setecentos e trinta e nove euros e oitenta e três centimos
Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)		19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois centimos
Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)		42 213,50	Quarenta e dois mil duzentos e treze euros e cinquenta centimos
Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)		6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete centimos
Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)		900,18€	novecentos euros e dezoito centimos
Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)		1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um centimos
Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)		35 910,28€	trinta e cinco mil novecentos e dez euros e vinte e oito centimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	190 548,56€	Cento e noventa mil quinhentos e quarenta e oito euros e cinquenta e seis cêntimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)		
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	23 168,96€	vinte e três mil cento e sessenta e oito euros e noventa e seis cêntimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	983,93€	novecentos e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 0033/00 56 436 347 - (BCP)	3 656,14€	três mil seiscentos e cinquenta e seis euros e catorze cêntimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	5 961,08€	cinco mil novecentos e sessenta e um euros e oito cêntimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	7 324,14€	sete mil trezentos e vinte e quatro euros e catorze cêntimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	56 631,29	Cinquenta e seis mil seiscentos e trinta e um euros e vinte e nove cêntimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	1 587 935,25€	Um milhão quinhentos e oitenta e sete mil novecentos e trinta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	481 077,61€	Quatrocentos e oitenta e um mil setenta e sete euros e sessenta e um cêntimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	21 994,07€	Vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e sete cêntimos

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – APROVAÇÃO DE MINUTA

Ponto 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de minuta do contrato do concurso de Gestão de Eficiência Energética, corrigida, por alterações propostas pelo adjudicatário, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante:-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de minuta do contrato do concurso de Gestão de Eficiência Energética, corrigida, por alterações propostas pelo adjudicatário. -----

CONTRATAÇÃO DE APÓLICES DE SEGUROS – 41/20_S

Ponto04: Apreciação, discussão e votação da proposta de adjudicação do concurso público “Contratação de apólices de seguros” conforme relatório de adjudicação que se transcreve e da respetiva minuta do contrato que se anexa. -----

CONCURSO PÚBLICO-----

(fundamento: Artigo 20.º, n.º 1, b) e 39.º, n.º 4 do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo DL n.º 18/2008, de 29 de janeiro na sua redação em vigor) -----

Deliberação da Câmara Municipal de: 24-11-2020
Data de abertura da(s) proposta(s): 02 de dezembro de 2020
Preço base global do procedimento: 95.100 €
Lote 1 – 83.600,00 €
Lote 2 – 11.500,00 €



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Com referência aos elementos abaixo discriminados e no exercício das competências que lhe são atribuídas pelas alíneas b) e d) do n.º 1 do artigo 69.º do CCP, o júri do procedimento procedeu à abertura das propostas apresentadas ao Concurso Público, com o fim de proceder à sua análise e elaborar a proposta de adjudicação a submeter ao órgão competente para a decisão de contratar. -----

Perante a existência de uma única proposta, o júri do procedimento propõe, por aplicação analógica do disposto no artigo 125.º do CCP, que a presente ata valha como “Relatório de Adjudicação”.-----

O presente procedimento decorre da decisão de contratar proferida mediante deliberação da Câmara Municipal datada de 24 de novembro de 2020 e tem por objeto principal a aquisição de apólices de seguros, por lotes. -----

Nos termos conjugados da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e do artigo 130.º e seguintes do CCP, seguiu-se o procedimento de concurso público, cujo anúncio foi publicado no Diário da República datado de 24 de novembro, sob o n.º 13668/2020.-----

Nos prazos fixados foram solicitados e prestados esclarecimentos, nos termos do disposto no artigo 50º do CCP. Decorrido o prazo fixado para a apresentação das propostas, registou-se a formalização de uma única proposta, em cada lote: -----

Data de entrega	Hora de entrega	Concorrente	Referência da proposta	Valor global s/iva
30-11-2020	15:07:15	Generali Seguros, SA	Proposta GS Paredes de Coura	79 171,66 €

Análise da Proposta: -----

Efetuada a análise da proposta pelo júri de acordo com o plasmado na lei, nomeadamente com o disposto no n.º 2 do artigo 146.º a contrário do CCP, resulta o seguinte: -----

A proposta apresentada está instruída com todos os documentos solicitados no art.º 10.º do Programa de Procedimento, contemplando todos os elementos exigidos, dando, por conseguinte, satisfação aos requisitos de validade formal, pelo que, sob este ponto de vista, reúne condições de admissão;-----

1. Atenta a clareza do teor da proposta, não se mostra necessário pedir esclarecimentos nem a melhoria da mesma, conforme permite o n.º 2 do art.º 125.º do CCP; -----
2. Feita a análise da proposta, nos termos e para efeitos do n.º 2 do artigo 70.º, conclui-se que aquela dá cumprimento aos termos e condições de execução do contrato fixados no caderno de encargos. O preço total proposto, global e por lote, conforme se resume no quadro seguinte, conforma-se com o preço base fixado no n.º 2, na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos em Euros 190.200,00, para todo o período possível de execução do contrato correspondente aos seguintes preços base parciais, por lote: Lote 1 – 83.600,00 €/ano e Lote 2 – 11.500,00€/ano.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

RAMO DE SEGURO	PRÉMIO TOTAL ANUAL	PRÉMIO TOTAL 24 MESES
ACIDENTES DE TRABALHO	29 598,79 €	59 197,59 €
AUTOMÓVEL	11 781,48 €	23 562,96 €
MULTIRISCOS	17 123,55 €	34 247,10 €
MAQUINAS CASCOS	2 509,19 €	5 018,37 €
RESPONSABILIDADE CIVIL	7 800,00 €	15 600,00 €
LOTE I	68 813,01 €	137 626,02 €
ACIDENTES PESSOAIS	1 260,75 €	2 521,50 €
	4 182,00 €	8 364,00 €
	820,00 €	1 640,00 €
	1 230,00 €	2 460,00 €
	1 537,50 €	3 075,00 €
	1 328,40 €	2 656,80 €
LOTE II	10 358,65 €	20 717,30 €
TOTAL	79 171,66 €	158 343,32 €

Avaliação da proposta:-----

O critério de adjudicação fixado no art.º 15.º do Programa de Concurso é o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a avaliação do preço enquanto único aspeto de execução do contrato a celebrar, nos termos previstos na primeira parte da alínea b), do nº 1 e nº 3 do artigo 74.º do CCP, sendo as propostas ordenadas por ordem crescente, do mais baixo para o mais alto preço. -----

Atento o facto de apenas existir uma única proposta, para cada um dos lotes, não há lugar à avaliação, por aplicação do critério de adjudicação, conformando-se o projeto de decisão de adjudicação à aceitação da única proposta, nos termos da 1ª parte, do nº 1, do artigo 73.º do CCP. -----

Projeto de decisão:-----

Face ao supra exposto neste relatório, o Júri do Procedimento propõe, por unanimidade:-----

- a) Que a decisão de adjudicação recaia na aceitação da única proposta apresentada pela Generali Seguros, SA., nos termos do nº 1 do artigo 73.º do CCP, pelos seguintes preços anuais e globais propostos:

LOTE I – Euro 68.813,01 e para o período de 24 meses, de Euro 137.626,02;-----

LOTE II – Euro 10.358,65 e para o período de 24 meses, de Euro 20.717,30. -----

- b) Dispensar a fase de audiência prévia, valendo o presente documento como formalização de uma proposta de adjudicação, por aplicação analógica do disposto no nº 2 do artigo 125.º do CCP e do disposto na alínea f), do nº 1, do artigo 124.º do CPA. Para este efeito, foi considerado que da presente proposta resultará uma decisão inteiramente favorável ao concorrente e, ainda, o facto de não se ter registado a necessidade do júri promover qualquer correção oficiosa ao teor da proposta formulada. -----

Foi deliberado, por unanimidade, conforme informação técnica transcrita, aprovar:-----

- a) Que a decisão de adjudicação recaia na aceitação da única proposta apresentada pela Generali Seguros, SA., nos termos do nº 1 do artigo 73.º do CCP, pelos seguintes preços anuais e globais propostos: -----

LOTE I – Euro 68.813,01 e para o período de 24 meses, de Euro 137.626,02;-----

LOTE II – Euro 10.358,65 e para o período de 24 meses, de Euro 20.717,30. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

b) Dispensar a fase de audiência prévia, valendo o presente documento como formalização de uma proposta de adjudicação, por aplicação analógica do disposto no nº 2 do artigo 125.º do CCP e do disposto na alínea f), do nº 1, do artigo 124.º do CPA. Para este efeito, foi considerado que da presente proposta resultará uma decisão inteiramente favorável ao concorrente e, ainda, o facto de não se ter registado a necessidade do júri promover qualquer correção oficiosa ao teor da proposta formulada. -----

Foi também deliberado, por unanimidade, aprovar a respetiva proposta minuta do contrato que se anexa.

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

ENTREGA DE LOJA DO LARGO HINTZE RIBEIRO

Ponto 05: Tomar conhecimento de entrega de loja do Largo Hintze Ribeiro a partir de dezembro, que se transcreve: -----

Isabela Ferreira Rodrigues Alves, NIF 208 581 871, residente em Cossourado, Paredes de Coura, na qualidade de titular do direito de ocupação da Loja nº 8 do Largo Hintze Ribeiro, Paredes de Coura, vem comunicar a V. Exa que, com efeito a partir do próximo mês, procederá à entrega do aludido espaço, atendendo a que não tem condições para exercer qualquer tipo de atividade comercial. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

LEILÃO DE LOJAS DO LARGO HINTZE RIBEIRO

PONTO 06 - Apreciação, discussão e votação do pedido de abertura de leilão em hasta pública para atribuição das Lojas nº 8, 10 e 12 do Largo Hintze Ribeiro. -----

Proposta para abertura de leilão em hasta pública, para cedência do direito de ocupação das lojas do Largo Hintze Ribeiro, números:-----

- - 8 com a área de 35,00 m2, pelo valor base de licitação de € 875,00 (oitocentos e setenta e cinco euros)---
- - 10 e 12, com a área total de 70,00 m2, pelo valor base de licitação de € 1 750,00 (mil setecentos e cinquenta euros)-----

O valor mínimo dos lanços é de € 25,00. -----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de abertura de leilão em hasta pública, para cedência do direito de ocupação das Lojas números 8, 10 e 12, do Largo Hintze Ribeiro, com a base de licitação proposto e o valor mínimo dos lanços: € 25,00”. -----

CEDÊNCIA DE SALA DO CENTRO CULTURAL DE PAREDES DE COURA

PONTO 07: Apreciação, discussão e votação de pedido do Cartório Notarial de Paredes de Coura de cedência da Sala de Cinema, no próximo dia 15 de dezembro, das 10h00 às 13h00, para a realização de uma escritura e na qual são intervenientes diretos 20 outorgantes, de forma a assegurar a distância exigida entre os participantes. -----

Foi deliberado, por unanimidade autorizar a cedência da Sala de Cinema, no próximo dia 15 de dezembro 10h00 às 13h00, a título excecional e gratuito, tendo em conta à circunstância epidemiológica atual associada à COVID19, como medida de proteção civil e de forma a que seja assegurada a distância exigida entre os participantes”.-----

TAXA DE ATUALIZAÇÃO TARIFÁRIA 2021

PONTO 08: Apreciação, discussão e votação de proposta de taxa de atualização tarifária para o ano de 2021-- -----

“Considerando que:-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

1. Foi publicada, em 19 de novembro de 2018, a Portaria n.º 298/2018 que estabelece as regras gerais relativas à criação e disponibilização de títulos de transporte aplicáveis aos serviços de transporte público, bem como à fixação das respetivas tarifas;-----
2. A Portaria estabelece que a atualização tarifária é efetuada no início de cada ano, tendo em conta a Taxa de Atualização Tarifária (TAT);-----
3. A Portaria estipula que a TAT é definida por cada Autoridade de Transportes, tendo como valor máximo a taxa de variação média do Índice de Preços do Consumidor (IPC), exceto habitação;-----
4. A Portaria determina ainda que compete à Autoridade da Mobilidade e dos Transportes (AMT) divulgar o valor máximo da TAT, de acordo com o mencionado no ponto anterior;-----
5. A AMT determinou, em 30 de outubro de 2020, que a TAT máxima a aplicar em 2021 é de 0%;-----
6. A Câmara Municipal de Paredes de Coura, enquanto autoridade de transportes, deve fixar a TAT a aplicar aos serviços de transporte público da sua competência, tendo sempre respeitado o máximo imposto pela AMT (0%, para 2021);-----
7. Os operadores estão obrigados a divulgar pelos meios adequados os títulos que disponibilizam e respetivas tarifas, pelo menos 10 dias antes da sua entrada em vigor;-----

Propõe-se que: -----

Seja aprovada a TAT máxima de 0% a aplicar em 2021, respeitando assim a TAT máxima definida pela AMT."----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar que a TAT (Taxa de Atualização Tarifária) máxima a aplicar em 2021, seja de 0%. -----

3ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DO ANO DE 2020

PONTO 09: Apreciação, discussão e votação da proposta de 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2020, que se refere a alteração modificativa para adequar as estimativas das receitas e despesas à realidade, pelas vicissitudes da pandemia COVID19, conforme mapas que se anexam e ficam a fazer parte integrante desta ata -----

Orçamento da receita:-----

----- Estado -----

- parte comunitária de projetos – redução das previsões por atrasos nas obras financiadas, bem como adiamentos de prazos de candidaturas -----

----- Empréstimo de curto prazo -----

- não existência de dificuldades de tesouraria pelo facto do valor contratado a médio e longo prazos não ter sido gasto. O valor em tesouraria advém do atraso do início da obra de acesso ao nó da A3, pela IP – Infraestruturas de Portugal. -----

Orçamento da despesa:-----

----- Despesas de Capital / PPI-----

Foi efetuada uma revisão em baixa com base na reprogramação financeira das obras em curso, no montante de € 1 446 000,00.-----

Despesas Correntes: -----

Foi efetuada revisão em baixa no valor de 200 mil euros, essencialmente na aquisição de bens de serviços, por efeito do encerramento de alguns serviços municipais, em consequência das medidas de combate e prevenção à COVID19.-----

Assim: -----

O orçamento apresentou um valor inicial de € 16 440 709,00 (dezasseis milhões quatrocentos e quarenta mil setecentos e nove euros), que após integração do saldo da gerência do ano anterior, passou ao valor de



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

€ 17 147 155,82 (dezassete milhões cento e quarenta e sete mil cento e cinquenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos). -----

Com a presente revisão, apresenta um valor final de € 15 222 155,82 (quinze milhões duzentos e vinte e dois mil cento e cinquenta e cinco euros e oitenta e dois cêntimos). -----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a primeira proposta de 3ª Revisão aos Documentos Previsionais do ano de 2020, que se refere a alteração modificativa para adequar as estimativas das receitas e despesas à realidade, pelas vicissitudes da pandemia COVID19, conforme mapas que se anexam como documentos a esta ata e dela ficam a fazer parte integrante. -----

Mais foi deliberado submeter os documentos à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

APOIO AOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE PAREDES DE COURA

PONTO 10: Apreciação, discussão e votação do pedido de apoio nas despesas de natureza fixa da Associação, agravadas pelas consequências da COVID19, que se transcreve: -----

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, para cumprir cabalmente as suas atribuições necessita de meios humanos e físicos com carácter de permanência, que implicam elevados custos, agravado pelas consequências nefastas da COVID 19. -----

Estas consequências causaram uma redução drástica dos serviços prestados às entidades da área da saúde, atendendo à suspensão da fisioterapia, transportes para hospitais, serviços programados e consultas, para garantir o isolamento social e a segurança sanitária da população. Os serviços de INEM, de igual modo, diminuíram por receio da população em aceder a hospitais e outros serviços de saúde, com medo de contágio. Ao nível da hemodiálise, para garantir o transporte do mesmo número de doentes, foi necessário aumentar o número de veículos, de forma a respeitar as normas impostas pela DGS, nesta matéria. -----

A faturação em relação ao período homólogo do ano anterior apresenta um decréscimo de cerca de 30% (trinta por cento), que se traduz numa redução de rendimentos de prestações de serviços na ordem dos vinte mil euros. Dos serviços da ANEPC não foi recebido qualquer valor, a título extraordinário, para amenizar este efeito. -----

Neste momento, a Associação encontra-se em dificuldades financeiras, nomeadamente para encargos salariais e pagamentos a fornecedores, pelo que se solicita um apoio extraordinário para ajudar a mitigar esta situação constrangedora. -----

Certos a este assunto será dada a melhor das vossas atenções e na expectativa de uma resposta favorável dessa entidade, atendendo ao facto de ter prestado sempre grande apoio a esta associação, quer financeiro, quer logístico, envio desde já o nosso BEM HAJA. -----

Foi deliberado, por unanimidade, autorizar a atribuição de um subsídio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paredes de Coura, no valor de € 10 000,00 (dez mil euros), destinado a compartilhar nas despesas de natureza fixa, agravadas pelas consequências da pandemia COVID19 de modo a assegurar todos os compromissos necessários ao funcionamento da Associação. -----
O pagamento do subsídio será efetuado mediante a celebração de protocolo entre as partes”. -----

RETIFICAÇÃO DE ÁREA DE TERRENOS DA ZIF

PONTO 11: Apreciação, discussão e votação de proposta de retificação de áreas de terrenos que compõem a Zona Industrial de Formariz, que se transcreve: -----

A 5ª fase do procedimento de alteração ao loteamento da Zona Industrial de Formariz, no sentido do seu alargamento/ ampliação, implica a retificação das áreas dos terrenos que compõe a Zona Industrial de Formariz, e que constam na escritura de compra e venda datada de 14/11/1996. A escritura inicial por lapso, menciona áreas superiores às áreas reais, ou seja, refere que o prédio rústico, sito na freguesia de Formariz, concelho de Paredes de Coura, denominado “Pinhal do Chão da Gandra”, com o artigo matricial 1386, descrito na Conservatória do



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Registo Predial de Paredes de Coura com o nº 00319, possui uma área de 402 200 metros quadrados e o prédio rústico, sito na freguesia de Formariz, concelho de Paredes de Coura, denominado “Pinhal do Chão da Gandra”, com o artigo matricial 1371, descrito na CRP de Paredes de Coura com o nº 00190, possui uma área de 35 280 metros quadrados. Tais artigos foram anexados dando origem ao artigo matricial nº 3181 e à descrição nº 464, com uma área total de 437 480 metros quadrados. -----

Sucede que, esta área estava incorreta, sendo a área correta, de 248.436,10m², conforme consta no levantamento topográfico de junho de 2019 elaborado pelo topógrafo Luís Filipe Coelho Ferreira, com a cédula profissional nº 1160. Ora esse equívoco nas áreas inquina o procedimento de alteração ao loteamento que se pretende encetar, impondo-se que esta Câmara Municipal delibere aprovar a retificação da escritura datada de 14/11/1996, de forma à mesma passar a refletir a área constante no mais recente levantamento topográfico”. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta supratranscrita para retificação da escritura datada de 14/11/1996, de forma à mesma passar a refletir a área constante no atual levantamento topográfico. -----

CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO RURAL

PONTO 12: Apreciação, discussão e votação de uma parceria para a concretização e desenvolvimento do projeto denominado “Laboratório Rural”, que a seguir se transcreve na íntegra. -----

Entre:- -----

Primeiro outorgante: **Município de Paredes de Coura**, pessoa coletiva nº 506 632 938, com sede no Largo Visconde de Mozelos, em Paredes de Coura, representada neste ato pelo Senhor Dr. Vítor Paulo Gomes Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura e com poderes para o ato;-----

e os segundos outorgantes:-----

e os segundos outorgantes:-----

Associação Portuguesa de Tracção Animal – APTRAN, NIPC 510 453 791, com sede na Escola Superior Agrária de Bragança, Campus Sta. Apolónia, Caixa postal 875300-253 Bragança, neste ato representada por João Brandão Rodrigues, enquanto Presidente da Direção; -----

ACHLI – Associação de Conservação do Habitat do Lobo Ibérico, NIPC 507 630 998, com sede na Rua 25 de Abril, n.º 37, Esposende, neste ato representada por António Lima Teixeira e Nelson Domingos de Almeida Nobre, que outorgam na qualidade de Presidente e de Vice-Presidente da Direção respetivamente; -----

CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, unidade de investigação com sede no Campus de Vairão, Rua Padre Armando Quintas, 4485-661 Vairão, tendo por entidade gestora, ICETA - Instituto de Ciências, Tecnologias e Agroambiente da Universidade do Porto, associação de sem fins lucrativos, pessoa colectiva e matrícula na Conservatória do Registo Comercial número 503178306, com sede na Reitoria da **Universidade do Porto**, Praça Gomes Teixeira, Apartado 55142, 4051-401 Porto, representado pelo seu Coordenador Científico Nuno Ferrand de Almeida.-----

Universidade da Coruña, CIF Q6550005J, con sede en rúa Maestranza 9, ES15001, A Coruña, Galicia, Espanha, representada pelo Reitor Magnífico da Universidade da Coruña, D. Julio Ernesto Abalde Alonso.

Instituto Politécnico de Viana do Castelo, com sede na Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Alvares, nº 34 – 4990 – 367 VIANA DO CASTELO, NIPC 503761877, representada pelo Presidente, Professor Doutor Carlos Manuel da Silva Rodrigues, -----

Instituto Superior de Agronomia, NIPC 505869721, com sede na Tapada da Ajuda 1349-017 Lisboa, representado neste ato pelo Senhor Professor António Guerreiro Brito, na qualidade de Presidente do Conselho de Gestão. -----

CIMO - Centro de Investigação de Montanha, com sede na Escola Superior Agrária de Bragança, Campus Sta. Apolónia, Bragança, NIPC 600013758, representado pela Diretor, Professor Doutor José Alberto Pereira. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Universidade de Santiago de Compostela, com sede no Pazo de San Xerome, Praza do Obradorio, s/n, ES15720, Santiago de Compostela, A Coruña, representada pelo Reitor Magnífico da Universidade de Santiago de Compostela, D. Antonio López Díaz. -----

CIM Alto Minho, com sede na Rua Bernardo Abrunhosa, n.º 105, 4900-309 Viana do Castelo, NIPC 508754496, representada pelo Presidente, Dr. José Maria Costa. -----

Universidade de Vigo, com sede no Edifício Reitoría, Campus Universitario s/n, 36310 Vigo, com CIF Q-865000, representada por Manuel Joaquín Reigosa Roger, Reitor Magnífico da Universidade de Vigo, actuando em nome e representação desta, 2B, segundo Decreto 59/2018, do 31 de Maio. -----

É celebrado o presente protocolo de parceria, que se subordinará às cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira -----

O presente protocolo de parceria tem por objetivo estabelecer uma parceria entre os outorgantes assumindo o compromisso de estabelecer uma rede colaborativa para implementar e desenvolver o projeto denominado "Laboratório Rural", promovido pelo primeiro outorgante. -----

Cláusula Segunda -----

O Laboratório Rural tem como principais objetivos: -----

1. Estimular e responder a iniciativas das comunidades rurais que desejem adotar uma direção inovadora, mas sem os meios financeiros ou técnicos para fazê-lo; -----
2. Demonstrar a capacidade de renovar a ruralidade; -----
3. Explorar novos caminhos e soluções para as questões do desenvolvimento rural e ação climática, concentrando-se em abordagens ou modelos colaborativos ou baseados na comunidade; -----
4. Aumentar o controlo das áreas rurais sobre seu futuro e seu desenvolvimento a partir de iniciativas das quais eles são os iniciadores e designers; -----
5. Identificar caminhos de potencial sucesso e sustentáveis que possam servir de vitrine para outras comunidades rurais; -----
6. Captar e direcionar fontes de financiamento nacionais e/ou internacionais; -----
7. Combinar a assistência financeira e acompanhamento técnico/investigação de projetos. -----

Cláusula Terceira -----

- 1 O **Laboratório Rural** tem como área geográfica de intervenção o concelho de Paredes de Coura, com especial destaque para a Paisagem Protegida do Corno de Bico. -----
- 2 Todas as atividades, ações e projetos de carácter técnico-científico, formativo, informativo e de promoção que se realizem pelos outorgantes deste protocolo de forma individual ou coletiva e ao abrigo do **Laboratório Rural**, deverão ocorrer na referida área geográfica. -----

Cláusula Quarta -----

Uma vez o **Laboratório Rural** é uma iniciativa promovida pelo primeiro outorgante, este compromete-se a, em todas as atividades enquadradas no âmbito deste projeto que sejam executadas por cada um dos segundos outorgantes: -----

- a) Assegurar, gratuitamente e mediante marcação prévia, o alojamento para grupos até 30 pessoas, durante atividades de formação e divulgação científica, nas instalações do CEIA (Centro de Educação e Interpretação Ambiental);
- b) Assegurar gratuitamente o alojamento de investigadores durante atividades de investigação ou estágios científicos, nas instalações do CEIA mediante marcação prévia ou numa estação de campo permanente;
- c) Disponibilizar os laboratórios, auditório e outros espaços do CEIA para desenvolvimento de ações de formação de alunos do nível universitário e pré-universitário;



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- d) Assegurar o acompanhamento de técnicos do CEIA e da Paisagem Protegida do Corno de Bico nos projetos de investigação a realizar;
- e) Assegurar, pelos valores fixados no Regulamento do CEIA e mediante marcação prévia, a alimentação aos grupos mencionados nas alíneas a) a c).

Cláusula Quinta

1. O desenvolvimento do projeto será participado pelos intervenientes acima referidos, sendo a coordenação efetuada pelo primeiro outorgante.
2. O Projeto será acompanhado por uma comissão constituída por 1 (um) elemento a designar por cada um dos outorgantes e a comunicar ao primeiro outorgante nos 10 dias seguintes à outorga do presente protocolo de parceria, se não antes.
3. concretização do presente protocolo de parceria, cada um dos segundos outorgantes comunicará ao primeiro outorgante, no mesmo prazo definido da alínea anterior - se não antes, as ações concretas em que terá interesse de participar ou realizar no concelho de Paredes de Coura, e que se enquadrem nos objetivos definidos na Cláusula Segunda.
4. O primeiro outorgante submeterá à apreciação e aprovação da comissão de acompanhamento, no prazo de 60 dias, o plano consolidado das ações concretas a realizar no âmbito do Laboratório Rural.

Cláusula Sexta

- 1 - Cada um dos outorgantes poderá propor a inclusão de linhas de trabalho e investigação que se enquadrem nos objetivos do Laboratório Rural, de forma individual ou coletiva, através de uma proposta apresentada ao primeiro outorgante.
- 2 - Cada outorgante poderá identificar e divulgar de forma colaborativa, através da comissão de acompanhamento, potenciais linhas de financiamento, de trabalho ou investigação, em que se enquadrem as ações já propostas para o Laboratório Rural ou outras a desenvolver que tenham correspondência com os objetivos definidos na Cláusula Segunda.
- 3 - Os outorgantes comprometem-se a colaborar preferencialmente entre si em ações em que, ainda que enquadradas em projetos distintos, tenham a necessidade de articular com parceiros da mesma natureza dos signatários, não estando, de modo algum, vinculados a fazê-lo de forma exclusiva.

Cláusula Sétima

- 1 - O presente protocolo de parceria terá a duração de 1 ano, e considerar-se-á automaticamente renovado por iguais períodos, salvo denúncia por qualquer das partes que o outorguem.
- 2 - Durante o prazo de vigência poderão ser produzidas alterações ao presente protocolo de parceria por acordo entre as partes outorgantes, as quais, após formalização, constituirão aditamento ao protocolo.
- 3 - Qualquer das partes poderá denunciar o presente protocolo de parceria, o que deverá ser feito com a antecedência mínima de 60 (sessenta dias) sobre a data em que pretende que essa denúncia produza os seus efeitos.
- 4 - O presente protocolo de parceria entrará em vigor a partir da data da assinatura.

O presente protocolo de parceria foi aprovado em reunião de Câmara de 09/12/2020, nos termos da alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º n.º 1, o) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, (Regime Jurídico das Autarquias Locais) e é assinado por todas as partes, ficando um exemplar na posse de cada um dos intervenientes.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar os termos do protocolo transcrito, que tem por objetivo estabelecer uma parceria entre os outorgantes assumindo o compromisso de estabelecer uma rede colaborativa para implementar e desenvolver o projeto denominado “Laboratório Rural”



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM A APCOURA – PASSAGEM DE ANO

PONTO 13 Apreciação, discussão e votação da proposta de protocolo para dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional, com a AEPCoura - Associação Empresarial de Paredes de Coura Espectáculos, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante. -----

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO -----

- 1.º Outorgante: MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA, ente de direito público equiparado a pessoa coletiva nº 506 632 938, representado por Vítor Paulo Pereira - Presidente da Câmara Municipal de Paredes de Coura e;
2.ª Outorgante: AEPCoura - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PAREDES DE COURA ESPECTÁCULOS, pessoa coletiva nº 510119913 representada por Helena Barbosa Ramos Fernandes – Presidente da Direção; -----

Considerando que: -----

- a) O Comércio tradicional é um importante fator de dinamização local; -----
- b) No topo das preocupações do Município de Paredes de Coura para a retoma da atividade económica, na sequência da pandemia causada pela doença Covid-19, está a necessidade de estimular a economia local, com particular destaque para o comércio de proximidade, como as pequenas lojas, a restauração, as mercearias tradicionais e cafés, de cuja subsistência dependem famílias inteiras; -----
- c) A Época de Natal é de grande importância para o comércio tradicional, importando que o Município, mediante o estabelecimento de parcerias, promova iniciativas que incentivem o consumo nos estabelecimentos locais; -----
- d) A AEPCoura é a única associação empresarial do concelho, com uma ampla representação dos comerciantes locais; -----
- e) A promoção de um sorteio nos termos do qual, na época natalícia, se atribuam aos consumidores vales de compras a serem descontado no comércio de Paredes de Coura, estando a participação no sorteio condicionada à obtenção de cupões através do consumo no comércio local (em regra um cupão por cada 15 euros em compras no comércio local de Paredes de Coura), incentiva duplamente o consumo local e a procura dos agentes económicos locais; -----
- f) Nos termos do previsto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível da promoção do desenvolvimento; -----
- g) Nos termos da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal; -----

Acordam entre si o presente protocolo nos termos das cláusulas seguintes: -----

1ª Cláusula -----

O presente protocolo tem por objetivo o estabelecimento de uma cooperação estreita e articulada entre as partes, de modo a potenciar os resultados das suas ações de dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional de Paredes de Coura, no ano de 2020. -----

2ª Cláusula -----

As ações de cooperação integram a realização do sorteio de Natal: “Compre com Ternura. Compre em Paredes de Coura”. -----

3ª Cláusula -----

O 1.º outorgante obriga-se a: -----

Atribuir à AEPCoura o valor máximo de 5 409,31€ (cinco mil e quatro centos e nove euros e trinta e um cêntimos) para desenvolvimento de todo o processo de legalização do sorteio de natal, bem como para suportar o valor dos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

prémios (a ser gasto em compras no comércio tradicional), mediante apresentação de faturas comprovativas dos custos do processo inerente ao sorteio. Este valor é baseado numa estimativa de custo (ANEXO I), pelo que a AEPCoura se compromete a receber unicamente o valor correspondente aos custos reais que tiver com o sorteio, formalmente validados pelo Município, até ao limite máximo nesta cláusula estabelecido.

4ª Cláusula-----

A 2.ª outorgante obriga-se a: -----

Promover o Sorteio de Natal, legalmente autorizado pelas entidades competentes, de forma a valorizar o comércio e os produtores locais. -----

5ª Cláusula-----

A 2.ª outorgante obriga-se a: -----

Incluir a referência ao Município de Paredes de Coura e à AEPCoura como organizadores do evento, bem como outros possíveis apoios, em todos os instrumentos e materiais promocionais. -----

6ª Cláusula-----

O 1.º outorgante tem o direito de se pronunciar de forma vinculativa sobre a proposta de dinamização do evento apresentada pela 2.ª outorgante, nomeadamente quanto aos seguintes aspetos: -----

- - Número de prémios; -----
- - Regulamento; -----
- - Imagem; -----
- - Formas de publicitação e divulgação. -----

7ª Cláusula-----

O presente protocolo vigorará para a Época Natalícia 2020. -----

Por assim terem acordado e tal corresponder às vontades das partes, vão outorgar o presente protocolo, de que se farão dois exemplares (um para cada parte). -----

“Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o protocolo t para dinamização da Campanha de Natal no comércio tradicional, com a AEPCoura - Associação Empresarial de Paredes de Coura Espetáculos, supratranscrito”. -----

RITMOS – AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE ARTISTA E ESPECTÁCULOS

PONTO 14: Apreciação, discussão e votação de apoio financeiro à RITMOS – Agenciamento e Produção de Espetáculos, Lda, que se transcreve: -----

“RITMOS - AGENCIAMENTO E PRODUÇÃO DE ARTISTAS E ESPECTÁCULOS, Lda., pessoa coletiva nº 504 195 360, representada por João Alberto Mendes Vieira de Carvalho, sócio-gerente, vem dizer e requerer a V. Exa. o seguinte: -----

1. Por força da Pandemia causada pela doença COVID 19 todo o mundo cultural foi colocado em suspenso, face à dificuldade de sobreviver cumprindo regras de distanciamento que impedem, por razões justas de saúde pública, a concentração de pessoas - a essência dos grandes festivais e eventos culturais de Verão. -----

2. O Festival de Paredes de Coura, realização conjunta mediante protocolo com o Município de Paredes de Coura, foi assim condicionado à inevitabilidade da não realização deixando, pela primeira vez em quase 30 anos, um espaço vazio: de pessoas, de cultura, de música, mas também de economia e sustentabilidade dos agentes económicos do concelho. -----

3. Não obstante a não realização do festival é fundamental guardar o espaço mediático que a marca e o evento granjearam durante os quase 30 anos de atividade, permanecendo assim a memória viva no público e a salvaguarda de que a data e o período temporal em que habitualmente se celebra fica marcado no subconsciente das pessoas. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

4. Por essas razões, considerou-se fundamental realizar um evento cultural que pudesse afirmar a memória e a grandiosidade dos espetáculos que o anfiteatro natural da Praia Fluvial do Taboão presenciou num passado recente, recuperando também espaços e memórias afetivas que o público, de forma segura e saudável, porque se trata de um espaço amplo e aberto, pudesse partilhar -- Cfr. memória descritiva que se junta como DOC. 1. -----

5. Este evento, além de cumprir os objetivos definidos em 1. e 2. supra, permitiu ainda um resultado positivo ao nível da exposição mediática e do retorno económico para os agentes locais, traduzido na afluência média diária de 1000 pessoas - Cfr. dossier de média que se junta como DOC. 2. -----

6. Este evento de cariz público não teve qualquer tipo de custo ou contrapartida de acesso para o público visitante, o que facilitou a partilha do espaço, porque não ocorreu qualquer tipo de delimitação física, e também promoveu a participação segura das pessoas. -----

7. Recordamos a esse propósito que, não obstante ter sido colocada informação de condições a seguir nos pontos de acesso e até segurança para verificar o cumprimento das regras sanitárias, não tivemos qualquer registo de ocorrências ou contágios. -----

8. Devido às especiais condicionantes, a instalação implicou para a empresa aqui requerente um pesado encargo económico (bem detalhado na memória descritiva) que, dada a ausência de receitas e de entrada paga, a que se contrapõe o benefício público do evento para a comunidade local, entendemos que o investimento poderá ser partilhado com o Município que V/ Exa. preside. -----

Face ao exposto, vimos solicitar um apoio económico a V. Exa que permita compartilhar os custos que tivemos com a realização do evento, na certeza de que essa comparticipação é um investimento fundamental para viabilizar o sucesso futuro do festival. -----

Paredes de Coura, 25 de novembro de 2020"-----

Foi deliberado, por unanimidade, atribuir um apoio financeiro à RITMOS - Agenciamento e Produção de Espetáculos, Lda, no valor de € 10 000,00 (dez mil euros), para comparticipação nos custos com a realização do evento, considerando o mesmo de excecional valia para o desenvolvimento económico social do concelho e a competência do Município na promoção e apoio de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal.-----

O pagamento do subsídio será efetuado mediante a celebração de protocolo entre as partes". -----

DIVISÃO DE URBANISMO E AMBIENTE

REDUÇÃO DE TAXAS DE CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÃO

PONTO 15: Apreciação, discussão e votação de requerimento de Sofia Filipa Gentil Dias, para redução de pagamento taxas de construção a levar a efeito no lugar de Pereira, Padornelo, conforme requerimento que se transcreve:-----

Sofia Filipa Gentil Dias, residente na freguesia de Padornelo, Paredes de Coura, na qualidade de titular do processo de obras n.º 15/2020, referente à obra que pretende levar a efeito no lugar de Pereira, Padornelo, concelho de Paredes de Coura, vem requerer a V. Exe, e de acordo com a alínea d) do n.º 2 do Art.º 9 do capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, se digne autorizar a redução da taxa devida pela emissão do Alvará de Licença de Construção. -----

Declara não ter beneficiado desta disposição regulamentar, por se tratar da sua primeira habitação.-----

A certidão de património imobiliário está junta ao processo de obras. -----

O técnico superior da DPU deu a informação com o seguinte teor: "O presente pedido enquadra-se na alínea d) do n.º 2 do artigo 9.º do Capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação – 2010. -----

A requerente declara tratar-se da sua primeira habitação, provando através de certidões emitidas pela Autoridade Tributária.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Assim, considero que reúne condições para beneficiar de uma redução de 50% das taxas. -----

O presente pedido terá de ser apreciado em reunião da Câmara Municipal. -----

“Foi deliberado, por unanimidade, de acordo com a informação técnica e com o disposto no n.º 2 do artigo 9º do Capítulo II do Regulamento Municipal de Taxas de Urbanização e Edificação, autorizar a redução das taxas municipais de construção a levar a efeito no lugar de Pereira, Padornelo, Paredes de Coura, à titular do processo de obras n.º LEDI 15/2020, Sofia Filipa Gentil Dias.-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

No termo desta reunião, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta ata em minuta.-----

ENCERRAMENTO

E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária. -----